

## **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO NO CURRÍCULO ESCOLAR**

## **ALIMENTACIÓN ESCOLAR Y AGRICULTURA FAMILIAR: UNA DIÁLOGO NECESARIO EN EL CURRÍCULO ESCOLAR**

**Bruna Christina Silva**

Universidade Federal de Lavras – UFLA  
bruna.silva46@estudante.ufla.br

**Carolina de Souza Oliveira**

Universidade Federal de Lavras – UFLA  
carolina.pedagogia2023@gmail.com

**Jennifer Caroline de Sousa**

Universidade Federal de Lavras – UFLA  
jennifer.sousa@ufla.br

**Marina Battistetti Festozo**

Universidade Federal de Lavras – UFLA  
marina.festozo@ufla.br

### **RESUMO**

O presente trabalho, parte de um estudo mais amplo desenvolvido no estágio supervisionado de um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas que buscou investigar a alimentação escolar em seu processo de produção e a sua inserção nas práticas pedagógicas escolares. Entrevistas com as comunidades escolares de quatro escolas da cidade de Lavras (MG) evidenciaram um conhecimento restrito sobre o tema e a ausência da abordagem deste no currículo, indicando a importância de dar visibilidade às questões relacionadas à alimentação nas escolas, à agricultura familiar e ao seu papel no fornecimento destes alimentos, bem como de fortalecer a relação entre as escolas e os produtores rurais regionais.

**Palavras-chave:** formação de professoras/es de ciências e biologia; agricultura familiar; educação escolar; educação ambiental crítica; currículo.

**Eixo temático:** 6. Ensino de Ciências e Biologia, questões socioambientais e de saúde.

**Modalidade:** pesquisa acadêmica.

### **RESUMEN**

En el presente estudio, parte de una investigación más amplia desarrollada en el estadio supervisado de un curso de Ciencias Biológicas, intentó investigar cómo la alimentación escolar en su proceso de producción y su presencia en las prácticas pedagógicas escolares. Entrevistas con las comunidades escolares de cuatro escuelas públicas de Lavras (Minas Gerais) evidenciaron un conocimiento restrito sobre el tema y la ausencia de su abordaje en el currículo, indicando la pertinencia de enfatizar la agricultura familiar y su rol de

fornecer alimentos a las escuelas, bien como de fortalecer la relación entre las escuelas y los agricultores locales.

**Palabras clave:** formación de profesoras/es; agricultura familiar; educación escolar; educación ambiental crítica; currículo.

**Eje temático:** 6. Enseñanza de Ciencias y Biología, cuestiones socioambientales y de salud.

**Modalidad:** investigación académica.

## INTRODUÇÃO

É predominante na educação um viés conservador da Educação Ambiental (EA), que se apoia em ações pontuais e individuais para solucionar os problemas ambientais, apostando em mudanças comportamentais e no entendimento fragmentado da realidade, dentro dos moldes do modelo de produção capitalista da sociedade (Layrargues, 2011).

Essa visão naturalista-pragmática dissimula a verdadeira raiz dos problemas ambientais, que estão longe de ser ações pontuais e comportamentais das pessoas, mas se situa no acúmulo do capital, no modelo de sucesso baseado mais no “ter” que no “ser”, processo possível a partir da exploração do ambiente natural e também do trabalho humano. Essa injustiça social é evidenciada pela Educação Ambiental Crítica, que vem se consolidando como alternativa a essa EA conservadora e hegemônica.

Numa perspectiva crítica, a EA tem uma importância para a construção de uma visão socioambiental que pensa o meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais. Desse modo, interessa à Educação Ambiental Crítica propor uma leitura histórica, cultural, social e econômica sobre o modo de vida e de produção da sociedade e como isso constitui a relação homem-natureza (Loureiro, 2004; Carvalho, 2012).

Nessa concepção de EA, o educando e o educador são agentes que atuam no processo de transformações sociais; portanto, o ensino é teoria/prática, é práxis. Isso implica que os problemas socioambientais devam se constituir como conteúdo do trabalho pedagógico, o que, por sua vez, exige a adoção de uma teoria crítica do currículo escolar que possa acomodar a visão socioambiental engendrada pela EA Crítica.

Nesse sentido, o currículo escolar é tomado como artefato social e histórico, submetido a alterações e flutuações, e que, portanto, está em constante transformação. Isso, em grande

medida, justifica por que o currículo é, na prática, um território em disputa (Arroyo, 2013), pois os conhecimentos escolares são definidos, organizados e distribuídos a partir de acirramentos entre grupos na sociedade que buscam legitimar determinadas visões de mundo por meio da educação escolar (Silva, 2000; Goodson, 2018).

Cabe acrescentar que, como indica Silva (2012), a teorização curricular contemporânea tem sinalizado a pertinência da abordagem da cultura como referência para a investigação da educação e da escola. Nesse sentido, trazer a alimentação como elemento cultural e histórico das comunidades escolares pode desvelar as relações, por vezes camuflada, existentes desde o processo de produção dos alimentos que chegam às instituições escolares – o que é produzido, onde, por quem e de que forma – até o consumo deles nesses espaços – quem se alimenta, como, qual a importância dessa refeição, qual a qualidade dela. Dessa forma, é possível tornar a educação um processo significativo e um instrumento de luta da classe trabalhadora, que tomará consciência do modo de produção e organização social, política e econômica da sociedade em que vivemos.

Uma das maneiras de a alimentação escolar estar presente no currículo é por meio de sua inserção oficial, o que possibilitaria o trabalho com a educação ambiental crítica, na medida em que a alimentação humana constitui-se como um processo cultural mais amplo e complexo do que a nutrição e sobre ela recaem pressões sociais exercidas pelos grupos dominantes sobre os grupos dominados (Festozo; Michelini, 2017).

No âmbito das escolas brasileiras, a alimentação escolar conta com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é considerado o maior programa de suplementação alimentar do país por estar presente em quase todos os municípios brasileiros (Belik; Chaim, 2009).

As diretrizes de execução do PNAE foram estabelecidas através da Lei nº 11.947/2009 e da Resolução nº 38/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE/2009, sendo tais diretrizes: o emprego da alimentação saudável e adequada; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem; a descentralização das ações e a articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo e o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos e comercializados em âmbito local e preferencialmente pela

agricultura familiar e por empreendedores familiares. Dos recursos repassados pelo FNDE, no mínimo, 30% devem ser destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar local, regional ou nacional (Saraiva *et al.*, 2013).

De acordo com Zaluar (1985), o alimento é o principal objeto através do qual os sujeitos podem pensar a sua condição na sociedade, o que confere uma dimensão política à alimentação escolar. Em vista disso, para além do objetivo imediato do PNAE de suplementação alimentar, as reflexões sobre essa temática no contexto escolar podem cumprir um papel pedagógico se tratado dentro de uma abordagem simbólica, uma vez que a alimentação escolar constitui nas escolas espaços e momentos coletivos de prazer, de socialização e de construção social (Abreu, 1995).

É relevante destacar ainda que o Brasil, embora seja um país de economia fortemente agrária, tenha a alimentação fornecida à população em geral e à população escolar em particular não originada do agronegócio, mas da agricultura familiar (Merlino, 2021; Zadra, 2024). A produção de alimentos orgânicos e saudáveis advindos da produção feita por agricultores familiares envolve também uma dimensão mais sustentável e não alienada do cultivo da terra, o que permite propor conexões com os postulados da Educação Ambiental Crítica.

Diante desse cenário, o presente trabalho, integrante de uma pesquisa maior desenvolvida no contexto do estágio supervisionado e pelas(os) estagiárias(os) do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Lavras, objetivou investigar a alimentação escolar em seu processo de produção e a sua inserção nas práticas pedagógicas escolares. As questões centrais deste estudo envolveram, portanto, a compreensão sobre o que a comunidade escolar sabe a respeito da origem dos alimentos que chegam à escola e se a temática é abordada no currículo escolar.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa em tela assumiu uma abordagem qualitativa, que, segundo Tozoni-Reis (2003), tem a capacidade de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados apenas numericamente. O presente trabalho resultou de uma investigação mais ampla desenvolvida no contexto do estágio supervisionado de um curso de Licenciatura em

Ciências Biológicas, que durou dois semestres e que buscava compreender a alimentação escolar como um eixo para a compreensão das relações escola-comunidade-ambiente. Além da parte diagnóstica que aqui destacamos, o estudo encaminhou-se em um momento posterior para a realização de projetos e práticas pedagógicas tematizando a alimentação como conteúdo da Educação Ambiental nas escolas investigadas.

Neste recorte aqui apresentado, a pesquisa foi realizada por meio de entrevistas semi estruturadas e de uma forma coletiva por diferentes estagiários da etapa Estágio Supervisionado III do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Lavras, em que, apesar de discussões, reflexões, planejamentos e análises coletivas, cada um deles desenvolveu sua pesquisa na escola básica em que estava estagiando. As definições sobre quais os melhores caminhos para a pesquisa, quais seriam os sujeitos pesquisados, qual seria a metodologia de pesquisa, dentre outras, foram tomadas coletivamente e todos os estagiários participaram desse processo de reflexões e tomada de decisões.

Assim, a pesquisa ganhou caráter formativo e foi realizada em quatro escolas estaduais do município de Lavras, nas quais haviam estagiários – do Estágio III –, e, em uma delas, a pesquisa foi desenvolvida em dois períodos: no ensino regular e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estas serão identificadas como escolas A, B, C, e D. Também havia estagiários em uma escola militar do município, no entanto, esta não permitiu a realização da pesquisa na escola.

As entrevistas foram feitas com os integrantes da comunidade escolar (professoras(es), alunas(os), serventes gerais, cozinheiras(os) e direção), a partir da seguinte pergunta: “De onde vêm os alimentos da escola?”. Caso os entrevistados não mencionassem a agricultura familiar, esta seria perguntada. Em outro momento, para os professores de Biologia, História e Geografia das quatro escolas foi perguntado se a alimentação escolar estava inserida no currículo formal.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A direção da escola, as cozinheiras e as auxiliares de limpeza das quatro escolas relataram que parte dos alimentos é comprada de produtores da agricultura familiar (AF) e os outros alimentos são comprados em mercados e açougues. A direção e as cozinheiras da escola

A informaram que 30% dos alimentos são da agricultura familiar, e nas demais escolas não foi mencionado a porcentagem de alimentos que são da AF.

Durante a entrevista, a direção da escola A alegou que eles só compram da agricultura familiar a porcentagem que é obrigatória, porque nem sempre os alimentos chegam em boas condições e, dessa maneira, eles acabam desperdiçando, preferindo, por isso, comprar o restante em supermercados. A direção da escola B informou que eles compram as verduras e legumes de um pequeno produtor rural, mesmo que, às vezes, eles não concordem, porque os supermercados possuem os valores de determinados produtos muito mais baixos, como, a batata. No entanto, devido à porcentagem exigida de compra na AF, eles relatam que acabam ficando restritos. A direção e as cozinheiras da escola D falaram que alguns alimentos eles utilizam da própria horta da escola. Em relação aos alimentos comprados nos supermercados, as escolas A, C e D relataram que é feita uma licitação e as compras são realizadas no supermercado que apresenta os preços mais baixos.

As(os) professoras(es) das escolas que foram entrevistadas(os) também informaram que os alimentos vêm da AF e de supermercados. Já as(os) estudantes, em sua maioria, quando entrevistadas(os), relataram que os alimentos que consumiam na escola vinham dos supermercados. Algumas(uns) poucas(os) alunas(os), aquelas(es) da zona rural relataram que alguns dos alimentos vinham das suas próprias casas, pois os pais dessas(es) alunas(os) são produtores e fornecem para as escolas hortaliças advindas da AF.

Quanto à pergunta se a alimentação está inserida no currículo, as(os) professoras(es) das quatro escolas afirmaram que a alimentação e seu processo de produção não são muito presentes e cobrados no currículo formal. As(os) professoras(es) de Biologia das escolas A, C e D disseram que trabalham com a alimentação quando vão falar das moléculas orgânicas, mas com o enfoque na alimentação saudável, não contemplando, assim, o tema da alimentação escolar e o processo de produção de alimento como questão passível a discussões que abranjam também elementos sociais, como propõe a educação ambiental crítica .

Os produtores que fornecem alimentos às escolas foram entrevistados e citaram a dificuldade de participar dos processos de licitação, o meio pelo qual eles podem vender

seus produtos às escolas, sendo destacada a grande burocracia presente nesse processo e a falta de apoio do governo para a produção familiar.

Apesar de algumas pessoas entrevistadas nas escolas não terem informado exatamente a porcentagem destinada à compra de alimentos da AF, é possível constatar, pelas entrevistas com a direção escolar e através dos resultados, que elas compram pelo menos parte ou a totalidade da porcentagem (30%) previsto pelas diretrizes de execução do Programa (PNAE).

Em função do caráter normativo da legislação, análises da compra de alimentos para a alimentação escolar são relevantes, considerando a necessidade de fortalecer a AF, de estimular a utilização de alimentos regionais, ou seja, que respeite os hábitos alimentares locais e o aumento do consumo de alimentos naturais por parte dos escolares (Saraiva *et al.*, 2013), assim como definido nas diretrizes do PNAE

A AF conseguiu manter uma resistência ao modelo de produção capitalista por não haver separação total entre o produto do trabalho e seus produtores; por existir um trabalho que não é totalmente alienado, sem consolidação da divisão do trabalho; e pela relação do trabalho com o ambiente ser de codependência e não de exploração (Kühn, 2002). Essas características são ainda mais valorizadas ao se constatar a insustentabilidade do modo de produção capitalista, devido aos seus efeitos perversos de concentração de renda e aumento das desigualdades, sendo a agricultura familiar uma forma alternativa de modelo de produção de alimentos, levando em conta o meio de produção e as práticas mais sustentáveis (Turpin, 2009).

Com base nos dados obtidos junto às comunidades escolares, pudemos constatar certo desconhecimento sobre o processo produtivo da alimentação que chega à escola. Esta não é uma particularidade desta instituição social. Ainda que haja um reconhecimento da importância da alimentação na saúde e bem estar, quem de nós sabe realmente de onde provém nossos alimentos? Com a divisão social do trabalho, a profunda distância entre a vida no campo e na cidade, o poder do modelo do agronegócio, etc. a alienação alimentar atinge a todos nós.

Ainda que procuremos compreender de onde realmente provém os alimentos que conseguimos trazer à nossa mesa, essa informação é dificultada principalmente quando

se trata de alimentos que não vêm da AF. Buscando compreender mais profundamente a origem dos alimentos escolares, as estagiárias foram até os açougues e mercados em que a escola compra parte de seus alimentos para conversar com as trabalhadoras desses lugares. No entanto, as pessoas não sabiam responder de onde vieram os alimentos até chegarem ali, sendo provável que cada um vem de um lugar diferente e o conhecimento sobre como é produzido fica diluído e dificultado.

Segundo Souza, Paixão e Arêdes (2007), a educação alimentar nas escolas ensina sobre os nutrientes importantes para o desenvolvimento cognitivo, físico e mental, necessários durante a fase de crescimento das crianças. No entanto, como enfatizam Dias *et al.* (2015, p. 5), “Tal conteúdo não deve ser trabalhado apenas do ponto de vista nutricional, mas também incluindo as questões sociais, culturais e econômicas nas quais os alunos estão envolvidos”.

É nesta direção que defendemos a importância da alimentação escolar presente nos currículos, buscando a compreensão sobre as diferentes formas de produção de alimentos, os impactos de agrotóxicos na nossa saúde, a importância de um trabalho autônomo, possibilitando a partir destas e outras questões, discutirmos o próprio modelo de produção social em que vivemos, onde a produção gera impactos sociais no ambiente e na humanidade a partir da exploração da força da terra e do trabalho humano, e busca fomentar um consumismo desenfreado para acúmulo privado de poucos.

Defendemos a importância da inserção da alimentação como um conteúdo no currículo escolar a partir de uma visão histórica e crítica deste tema, o que permite compreender o modo de produção da vida no sistema capitalista e os impactos sociais e ambientais que ele causa, como a Educação Ambiental Crítica propõe. A luta por essa inserção é uma luta política, haja vista que não interessa nem aos detentores do capital nem ao Estado que serve a ele a compreensão deste processo de produção capitalista pelos estudantes das escolas. Isso porque, uma vez compreendido o processo de produção, as pessoas podem tomar consciência das injustiças sociais e lutar por mudanças sociais.

Esse argumento vai ao encontro do defendido na tese de Silveira (2024), que, a partir de um estudo do tipo estado da arte, propôs oito indicadores de Educação Ambiental Crítica, desenvolvidos com base em princípios como justiça social, participação democrática,

empoderamento comunitário e sustentabilidade. Um desses indicadores é a *Compreensão da relevância socioambiental*, que assinala que a sociedade e o ambiente precisam ser entendidos como indissociáveis e debatidos em uma perspectiva de articulação com outras temáticas.

A alimentação, nesse sentido, expressa-se como uma das temáticas de relevância socioambiental, sobretudo em um contexto de crise climática e de colapso social, especialmente em um país que produz muito alimento e, ainda assim, muitas pessoas passam fome ou vivem em insegurança alimentar. Desta forma, a discussão sobre a alimentação como um conteúdo da Educação Ambiental nas escolas se torna produtiva e, a partir desta pesquisa iniciada nos Estágios Supervisionados, outros trabalhos foram desenvolvidos, como a dissertação “A alimentação como um conteúdo da educação ambiental crítica na formação de professores”, que defende a inserção deste conteúdo em diálogo com a Pedagogia Histórico-Crítica (Oliveira, 2021) e o trabalho de conclusão de curso, em que foi produzida uma história em quadrinhos contando o processo de produção do feijão (Passos, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A síntese que pode ser feita é que a inserção desse tema nas práticas pedagógicas e no currículo formal é uma necessidade, tendo em vista a formação social e crítica do aluno, uma vez que esse tema carrega várias discussões sobre o ambiente e sobre o modelo de consumo da sociedade hoje. Entendemos o currículo como um campo de conflitos e disputas, em que perspectivas e interesses colidem, e não se limitam apenas ao conteúdo do conhecimento, mas principalmente envolvem questões de poder, identidade e justiça social. Assim, lutamos para a inserção deste conteúdo no currículo, o que pode abarcar diversos conteúdos científicos já presentes nos currículos, mas também outros temas de relevância social e cultural.

Um importante aliado nesse processo de valorização da alimentação escolar é o PNAE, que busca fortalecer a economia local de pequenos produtores e aumentar a qualidade dos alimentos consumidos nas escolas. A agricultura familiar provê, além de uma alimentação mais saudável, um fomento às práticas de produção consideradas menos nocivas ao ambiente. Vislumbram-se, com isto, sementes de um modelo de desenvolvimento que

promove não só crescimento econômico como também justiça social, conservação ambiental e saúde pública. Desta forma, o PNAE tem um grande potencial no que diz respeito à reunião de debates, muitas vezes feitos separadamente, sobre os problemas associados à produção e ao desenvolvimento rural e aqueles associados ao consumo e à saúde pública e ao ambiente, abrindo uma ampla agenda de estudos e investigações.

## AGRADECIMENTOS

À CAPES pelo aporte financeiro à pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Ambiental (PPGECA) da Universidade Federal de Lavras.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. A escola possível e a merenda escolar. **Coletâneas do PPGEDU**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 121-136, jul./ago. 1995.

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 5, p. 595-607, set./out. 2009.

CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DIAS, I. R.; GOMES, T. H. P.; NOSELLA, P. L.; FREITAS, D. Análise do conteúdo de alimentação e nutrição humana em livros didáticos de Biologia do Ensino. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 10., 2015, Águas de Lindóia. **Anais [...]**. Águas de Lindóia: ABRAPEC, 2015. p. 1-7.

FESTOZO, M. B.; MICHELINI, J. A segurança alimentar sob o olhar da Educação Ambiental Crítica. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 9., 2017, Juiz de Fora. **Anais [...]**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. p. 1-9.

GOODSON, I. **Currículo: teoria e história**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

KÜHN, D. D. Agricultura familiar: uma alternativa para o desenvolvimento rural sustentável. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002, Passo Fundo. **Anais [...]**. Passo Fundo: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2002.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, jan./mar. 2014.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MERLINO, T. Os números mostram: agronegócio recebe muitos recursos e contribui pouco para o país. **Brasil de Fato**, [S. l.], 08 out. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/08/os-numeros-mostram-agronegocio-recebe-muitos-recursos-e-contribui-pouco-para-o-pais#:~:text=Os%20dados%20mostram%20que%2C%20em,geral%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20riqueza>. Acesso em: 05 abr. 2024.

OLIVEIRA, C. S. **Alimentação como um conteúdo da educação ambiental crítica na formação de professores**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Ambiental, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2021.

PASSOS, H. V. **O caminho do feijão: um diálogo entre a produção de alimentos e a Educação Ambiental a partir de uma história em quadrinhos**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Departamento de Biologia, Instituto de Ciências Naturais, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2020.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F.; SOUZA, A. A.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 18, n. 4, p. 927-936, 2013.

SILVA, M. R. Currículo e cultura escolar: perspectivas para o estudo das políticas curriculares. *In*: PULLIN, E. M. M. P.; BERBEL, N. A. N. (org.). **Pesquisas em Educação**: inquietações e desafios. Londrina: Eduel, 2012. p. 483-504.

SILVA, T. T. **Teorias da Currículo**: uma introdução crítica. Porto: Porto Editora, 2000

SILVEIRA, D. P. A proposição de indicadores de educação ambiental crítica: concepções, práticas e tendências, 2024. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e em Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e em Matemática, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

SOUZA, E. C. G.; PAIXÃO, J. A. ARÊDES, E. M. O papel da escola na formação do bom hábito alimentar. **Revista Nutrição Brasil**, São Paulo, ano 6, n. 2, p. 65-67, 2007.

TOZONI-REIS, M. F. C. Pesquisa em Educação na universidade: produção de conhecimentos e ação educativa. *In*: TALAMONI, J. L. B.; SAMPAIO, A. C. (org.). **Educação Ambiental**: da prática pedagógica à cidadania. São Paulo: Escrituras, 2003. p. 9-20.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, 2009.

ZADRA, F. Agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil e melhora qualidade da comida servida em escolas de Castro; conheça. **G1**, Paraná, 12 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/agro-riqueza-campos-gerais/noticia/2024/01/12/agricultura-familiar-produz-70percent-dos-alimentos-consumidos-no-brasil-e-melhora-qualidade-da-comida-servida-em-escolas-de-castro-conheca.ghtml>. Acesso em: 05 abr. 2024.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.